

A ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO DE REFERÊNCIA PARA O ENSINO MÉDIO INTEGRADO

THE DEVELOPMENT OF THE REFERENCE CURRICULUM FOR VOCATIONAL UPPER SECONDARY EDUCATION

Sheylla Chediak (IFRO – sheylla.chediak@ifro.edu.br)

Gedeli Ferrazzo (IFRO – gedeli.ferrazzo@ifro.edu.br)

Jorge Washington de Amorim Junior (IFRO - jorge.amorim@ifro.edu.br)

Eixo temático: Políticas e Práxis no Ensino Médio

Resumo:

O presente relato de experiência versa sobre o processo de construção do Currículo de Referência para o Ensino Médio Integrado (EMI) do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), ocorrido no ano de 2023. O trabalho desenvolvido teve como principal objetivo estabelecer os princípios norteadores do currículo para essa modalidade com base na educação politécnica, no perfil geral comum do egresso e nos conhecimentos essenciais para a formação geral comum do estudante. A elaboração do Currículo de Referência foi proposta no âmbito da Pró-reitoria de Ensino, que abrange a gestão do ensino de 10 campi no Estado de Rondônia e em atendimento às Diretrizes Indutoras para o Ensino Médio Integrado do IFRO. A metodologia proposta, inspirada em categorias de movimento, totalidade e contradição do materialismo histórico-dialético, considerou a formação de grupos e subgrupos para possibilitar o trabalho coletivo e democrático, bem como a formação continuada como princípio basilar na construção curricular. O relato apresenta as etapas concluídas e as descontinuadas. Os resultados mostram os principais desafios, dentre eles: a necessidade de compreender a elaboração de currículo como um processo formativo e, portanto, longo, sistemático e alinhado à missão institucional; a garantia dos princípios da educação politécnica no currículo diante das políticas neoliberais agressivas para o Ensino Médio e a cultura da descontinuidade de projetos de uma educação emancipadora diante das mudanças de gestores sem um processo de transição sistematizado.

Palavras-chave: Currículo. Ensino Médio Integrado. Base Comum.

Abstract:

This experience report discusses the process of constructing the Reference Curriculum for Vocational Upper Secondary Education at the Federal Institute of Rondônia (IFRO), which took place in 2023. The primary objective of this work was to establish the guiding principles of the curriculum for this educational modality based on polytechnic education, the general profile of the graduate, and the essential knowledge for the student's common core education. The Reference Curriculum development was proposed within the scope of the Office of the Dean of Education, which oversees the management of education across ten campuses in the State of Rondônia, in compliance with the Inducing Guidelines for Vocational Upper Secondary Education at IFRO. The proposed methodology, inspired by the categories of movement, totality, and contradiction of historical-dialectical materialism, considered the formation of groups and subgroups to enable collective and democratic work, as well as continuous teacher education as a fundamental principle in curriculum construction. The report presents both the completed and discontinued stages. The results highlight the main challenges, which are: the need to understand curriculum development as a formative process—therefore long, systematic, and aligned with the institutional mission; ensuring the principles of polytechnic education in the curriculum amidst aggressive neoliberal policies for upper secondary education; and addressing the culture of discontinuity in emancipatory education projects due to changes in public administration that occur without a systematic transition plan.

Keywords: Curriculum. Vocational Upper Secondary Education. Common Core Education.

1 Introdução

A história da educação no Brasil se assinala pela dualidade educacional, entre um modelo de ensino preparatório para os estudos superiores e a formação imediata para o mercado de trabalho. Essa dualidade remonta ao período colonial, com uma escolarização destinada à elite, propedêutica, e outra à classe trabalhadora, formação estritamente técnica. Sua gênese encontra-se na própria divisão social do trabalho, em conceber o primado da razão em detrimento da prática, e que, conseqüentemente, perpetua e reproduz as desigualdades sociais na educação. Por isso, é importante compreender que propostas educacionais têm se constituído em um espaço aberto de disputas cujas forças se identificam em maior ou menor grau com as classes fundamentais da sociedade. Disso decorre o próprio papel de resistência e luta desempenhado por algumas instituições na defesa de uma educação pública e de qualidade, frente ao desmonte educacional promovido pela reforma do ensino médio que se consolida como uma política educacional hegemônica, à medida que o Estado ratifica os mecanismos e as formas de gestão do “Novo Ensino Médio” subordinando-os, predominantemente, à expansão do capital.

Na contramão dessa política educacional hegemônica, situa-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT, na oferta de uma educação profissional e tecnológica ancorada nos princípios de uma formação humana *omnilateral* e politécnica. Diante da contrarreforma lançada ao Ensino Médio em 2017, a RFEPCT em 2018, estabeleceu como estratégia para a manutenção da autonomia institucional e didático-pedagógica dos Institutos Federais (IFs) as “Diretrizes indutoras para a oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio”.

O documento, construído pelo Fórum de Dirigentes do Ensino - FDE do Conselho Nacional das da RFEPCT (CONIF), tem como objetivo central induzir o estabelecimento das diretrizes institucionais em cada Instituto Federal (IF) e resguardar os princípios da EPT na oferta do EMI. Tomando como base para tal estruturação as orientações contidas na resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Todavia, apesar da defesa da autonomia administrativa e pedagógica dos IFs, bem como das especificidades da oferta da EPT, em 05 de janeiro de 2021 por meio da Resolução CNE/CP nº 01 (Res. nº 01/2021), o governo estabelece as novas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, em consonância aos pressupostos da lógica mercantil de uma educação flexível.

No âmbito do IFRO, as diretrizes indutoras para a oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, Resolução nº 32/REIT - CONSUP/IFRO/2021, foram publicadas com o objetivo de fortalecer e garantir a autonomia institucional e didático-pedagógica, bem como orientar os princípios basilares para a oferta do EMI. Nessa direção, é que se estabelece a construção do Currículo de Referência do Ensino Médio Integrado (EMI) do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), que tem como finalidade orientar a organização didático-pedagógica dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, considerando formação específica comum para os cursos de mesma habilitação profissional na instituição e formação diversificada conforme contexto local e regional de atuação de cada campus.

2 Fundamentação teórica

O currículo da educação profissional de nível médio no Brasil constitui-se a partir das mudanças do mundo do trabalho e das relações sociais. Do mesmo modo, expressa a ideologia dominante dos grupos hegemônicos que ao longo da história têm condicionado as proposições curriculares e as políticas educacionais para a educação profissional. Divergente a formação no ensino médio geral, que historicamente se consolidou na busca por um equilíbrio entre uma formação humanística clássica e uma formação científica, o ensino médio profissional, traz em seu bojo as marcas do assistencialismo e da profissionalização estreita, concebendo o mundo do trabalho como centro do processo educativo, em detrimento da formação humana. Para Kuenzer, (2007, p. 28-29):

A dualidade estrutural, configura-se como a grande categoria explicativa da constituição do Ensino Médio e profissional no Brasil, legitimando a existência de dois caminhos bem diferenciados a partir das funções essenciais do mundo da produção econômica: um, para os que serão preparados pela escola para exercer suas funções de dirigentes; outro, para os que, com poucos anos de escolaridade, serão preparados para o mundo do trabalho em cursos específicos de formação profissional, na rede pública ou privada.

Em oposição às propostas que intensificaram a dualidade educacional, que ao longo do período civil-militar, tornou a formação profissional compulsória no Ensino Médio, direcionando aos filhos da classe trabalhadora uma profissionalização estreita. Na década de 1980, a luta por uma educação unitária, *omnilateral* e politécnica, foi travada pelos educadores brasileiros, resultando na proposta do Ensino Médio Integrado (EMI), que visa:

A possibilidade de integrar a formação geral e formação técnica no ensino médio, visando a uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção ao ensino politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da luta de classes (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 35).

Nesses termos, a proposta que fundamenta o EMI, propõe a superação do modelo tradicional de escola, que separa o conhecimento em disciplinas estanques, buscando integrar as diferentes áreas do conhecimento em um projeto educativo unitário, pautado na formação *omnilateral* e politécnica. Todavia, a integração curricular ainda se estabelece com um dos desafios da organização curricular do EMI.

Disso resulta o processo de estruturação do currículo do Ensino Médio Integrado o qual, propicie aos estudantes o acesso aos conhecimentos clássicos historicamente produzidos pela humanidade, permitindo que se tornem “sujeitos da história e não sujeitos a ela”. O clássico não deve ser confundido com o tradicional, nem mesmo a algo que se opõe ao moderno, mas sim por ser o essencial. Nessa direção, Saviani e Duarte (2012, p. 31) definem como clássico:

[...] aquilo que resistiu ao tempo, tendo uma validade que extrapola o momento em que foi formulado. Define-se, pois, pelas noções de permanência e referência. Uma vez que, mesmo nascendo em determinadas conjunturas históricas, capta questões nucleares que dizem respeito à própria identidade do homem como um ser que se desenvolve historicamente, o clássico permanece como referência para as gerações seguintes que se empenham em se apropriar das objetivações humanas produzidas ao longo do tempo.

Para tanto, cabe à escola, desempenhar sua função especificamente educativa e pedagógica, na socialização do conhecimento clássico, o qual o conteúdo escolar deve ir além dos conhecimentos da prática cotidiana, para assim possibilitar a superação da síncrese do aluno (SAVIANI, 2008). Tal menção se torna necessária, pois, não raro, se propala a importância atribuída ao ensino de conteúdos significativos e que tenham utilidade no cotidiano do aluno. Todavia, tal discurso, visa naturalizar e reproduzir as desigualdades sociais, ao negar o acesso a conhecimento sistematizado.

A partir da pedagogia histórico-crítica, compreende-se que o ato educativo consiste em propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado, para tanto, a organização didático-pedagógica deve considerar essa questão na elaboração do currículo escolar. Ou seja, se a função da escola é proporcionar os instrumentos para a aquisição dos conhecimentos clássicos e sistematizados pela humanidade, a organização curricular deve se estruturar a partir disso. Com base nesses pressupostos, é que o processo de elaboração do currículo de referência do Ensino Médio Integrado do IFRO foi estruturado.

3 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados para a condução do trabalho de elaboração do Currículo de Referência para o EMI do IFRO compreenderam 7 etapas concluídas e outras 3 previstas que não ocorreram devido à descontinuidade do trabalho na Pró-reitoria de Ensino no ano de 2023. Vale destacar que nenhuma fase foi estanque, exigindo uma dinamicidade de constantes construções, desconstruções e reconstruções. Assim, por mais que uma etapa fosse superada, as idas e vindas foram possíveis para aprimorar as etapas anteriores ou prever recondução dos caminhos para as posteriores, o que remete às categorias de movimento, totalidade e contradição, do materialismo histórico-dialético (NETO, 2011).

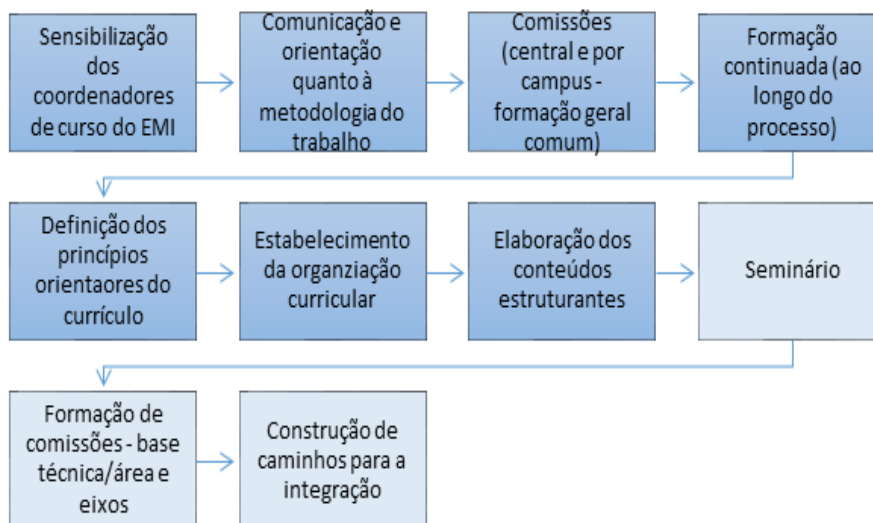
Outro ponto importante foi tomar a construção do currículo como um processo formativo e formador, de permanente diálogo e negociação de sentidos, uma vez que se trata de um campo de disputa de projetos educativos. Portanto, foi necessário estabelecer estratégias para a criação de consensos por meio da formação continuada.

As etapas foram organizadas prevendo: 1) a sensibilização dos coordenadores de curso do EMI acerca das ameaças ao currículo do Ensino Médio Integrado promovido pelas reformas educacionais; 2) a comunicação direcionada aos gestores do ensino com orientações para a organização e metodologia do trabalho nos campi; 3) formação de comissões central e por campus; 4) promoção de um programa de formação continuada ao longo do ano de 2023 com palestras e encontros formativos sobre princípios e bases da EPT com foco na educação politécnica e *omnilateral*; 5) definição dos princípios orientadores do currículo com base na educação politécnica e *omnilateral*; 6) estabelecimento da organização curricular com base nas possibilidades e brechas na legislação de modo a preservar o modelo do EMI; 7) elaboração coletiva dos conteúdos essenciais de cada disciplina e do perfil geral do egresso do curso técnico integrado ao ensino médio por meio de encontros virtuais.

Além disso, as etapas previstas, descontinuadas devido à mudança na gestão, seriam: 8) seminário com encontro presencial dos integrantes da comissão para decisão do texto final para as disciplinas da base comum; 9) formação de comissões de professores da base técnica por área e eixos temáticos e repetição das etapas anteriores com os novos grupos e 10) construção de arranjos

curriculares com vistas a desenhar caminhos para a integração curricular. Abaixo, ilustramos na Figura 1 o processo de forma resumida.

Figura 1: etapas da construção do Currículo de Referência para o EMI



Fonte: Autoria própria.

Vale destacar que a metodologia de organização de grupos de trabalho central e por campus foi fundamental para a multiplicação e disseminação do conhecimento e trabalho coletivo. Cada grupo por campus também se desdobrou em subgrupos por disciplina para a elaboração dos conteúdos estruturantes. A composição foi pensada conforme quadro abaixo:

Figura 2 Organização dos grupo



Fonte: Autoria própria.

4 Resultados e Discussão

A sensibilização dos coordenadores de curso e contextualização da proposta foi essencial para contextualizar a importância da proposta, tanto para atender às diretrizes indutoras do IFRO

para o Ensino Médio Integrado, quanto para prevenir o desmonte do Ensino Médio Integrado diante da política do Novo Ensino Médio – NEM. Os coordenadores atuam diretamente com os docentes e também são professores dos cursos.

A comunicação direcionada para os gestores do ensino de cada unidade, orientando quanto à organização dos trabalhos também foi um passo importante, tendo em vista que a comissão central atuava especialmente como formadores de multiplicadores que deveriam atuar em cada campus para possibilitar o máximo de participação coletiva. Uma vez que o Instituto Federal de Rondônia – IFRO possui 10 campi e a condução de um processo de elaboração de currículo pautado na discussão democrática e formativa de seus agentes é um grande desafio e requer uma estruturação sistemática.

A formação de grupos foi a estratégia utilizada para promover uma gestão participativa e colaborativa, visando garantir o processo democrático e fortalecer a comunidade escolar e seu compromisso com o processo educativo. Dentre os principais benefícios identificados estão: a) a diversidade de perspectivas na elaboração do currículo; b) a possibilidade de o grupo de cada campus multiplicar os conhecimentos em sua própria unidade e se engajar como um agente de (trans)formação, contribuindo para criar um ambiente de expertises compartilhada e aprendizagem contínua e c) o desenvolvimento de uma visão compartilhada sobre a educação escolar e o trabalho educativo.

A partir de uma compreensão de que a construção de um currículo é um processo formativo, várias reuniões e encontros com essa finalidade foram organizados com os grupos de trabalho dos campi. Isso permitiu que a comissão pudesse ir além de conhecimentos superficiais e aprofundar nos princípios de uma educação politécnica e *omnilateral*. A criação desse consenso foi essencial e o processo não foi tranquilo e harmonioso, mas de muitas negociações de sentido, diálogo e leitura, com base em textos científicos da área fundamentais para o aprofundamento da compreensão.

Em concomitância ao processo formativo, as discussões para definir os princípios orientadores do currículo foram realizadas de modo a subsidiar a construção da minuta do Currículo de Referência. Além disso, o estabelecimento da organização curricular com base nas possibilidades de garantir o modelo do Ensino Médio Integrado foram consideradas.

Os grupos dos campi foram orientados a organizar grupos por disciplina da base comum para discutir e estabelecer os conteúdos essenciais, também chamados de estruturantes e a organização desses nos três anos, por ano, eixos, ou sequência didática. Neste momento, não foi exigido um padrão de organização por ano escolar, mas uma proposta que considerasse a natureza do conteúdo específico da disciplina, a carga horária e a flexibilidade para que posteriormente esse conteúdo pudesse se adequar ao perfil do egresso em cada projeto pedagógico de curso.

Os conteúdos estruturantes referem-se às aprendizagens que sustentam cada campo disciplinar e promovem a compreensão da complexidade das práticas sociais e do trabalho. Eles devem ser articulados em uma dimensão interdisciplinar, garantindo a relação entre parte e totalidade e, conseqüentemente, a apreensão teórico-prática do objeto de estudo no contexto mais amplo.

O perfil geral do egresso foi discutido e definido com base na LDB 9394/96, na Constituição Federal, na Lei de criação dos Institutos Federais, lei n.º 11.892/2008, no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT (2020), especialmente considerando as características comuns a todas as profissões, ou ainda chamadas de habilidades transversais e, finalmente, nos princípios da educação politécnica e *omnilateral*.

Quadro 1. Perfil geral do egresso

Definição: Perfil do egresso	A definição de “perfil do egresso” ganha uma dimensão mais ampla e integrada quando consideramos a perspectiva da formação integral, <i>omnilateral</i> e politécnica. Nesse contexto, não se trata apenas de listar habilidades técnicas previstas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNTC, mas de abranger um conjunto diversificado de aspectos que contribuem para o desenvolvimento integral do egresso. Logo, os conhecimentos específicos de uma determinada área do ensino técnico não são suficientes para proporcionar ao aluno a compreensão do todo. Faz-se necessário adquirir os conhecimentos também da formação geral.
Perguntas orientadoras	1. Que ser humano para qual sociedade estamos formando? 2. Quais domínios/conhecimentos o estudante precisa ter para atuar de forma autônoma no mundo do trabalho e em sua área específica de formação? 3. Para além da formação específica, o que esse estudante precisa ser capaz de fazer para garantir a flexibilidade perante as mudanças que o mundo do trabalho impõe? 4. Qual o lugar e o papel desse estudante na sociedade contemporânea, considerando os desafios econômicos, políticos, culturais e sociais?
Documentos balizadores	Lei nº 11.741/2008; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio; do art. 39 a 42-B da Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT; Constituição Federal de 1988 (Trabalho e Educação).
Outras diretrizes	1. Opção por um texto claro, objetivo, coeso; 2. Preferencialmente construído com períodos curtos e no máximo 4 parágrafos; 3. Preferir a seguinte estrutura para os parágrafos: a) a formação ética-cidadã/formação geral comum/humanística/social; b) conhecimentos teóricos-metodológicos relacionados à área específica de formação e o cenário específico regional/local (arranjos produtivos locais, culturais, sociais); c) desdobramentos da letra b; d) conhecimentos/habilidades transversais para o mundo do trabalho/ (soft skills).

Fonte: Autoria própria.

Por fim, as etapas descontinuadas seriam a de conduzir os trabalhos de modo a organizar um seminário com encontro dos integrantes da comissão central e comissão por campus com a finalidade de aprofundar os conhecimentos sobre o Ensino Médio Integrado e aprovar o texto final referente à base comum. Na sequência, as etapas seriam repetidas para a organização da base técnica e, por fim, partiríamos para uma última frente de trabalho que seria buscar construir caminhos e arranjos curriculares para a integração, com vistas à criação de um projeto unitário para o Ensino Médio Integrado. Todo esse trabalho estava previsto para ocorrer no decorrer de dois anos. Apenas o primeiro ano foi concluído.

Considerações finais

A elaboração de currículo deve ser um processo formativo e coletivo, que considera os aspectos históricos da instituição de ensino, as políticas educacionais vigentes e suas contradições

ao mesmo tempo em que deve buscar impactar de maneira sistemática em sua cultura com vistas à educação politécnica e *omnilateral*. Esse é um grande desafio em meio a tantas políticas hegemônicas que cada vez mais colaboram para o aprofundamento da dualidade estrutural e uma educação utilitarista pautada na formação imediata e estrita para o mercado de trabalho, reduzindo o indivíduo à lógica da exploração e, portanto, o desumanizando.

No contexto das políticas internacionais para a educação, temos a influência dos organismos internacionais que visam tornar o Brasil o quintal dos grandes centros de produção tecnológica. No contexto nacional, temos as das políticas neoliberais cada vez mais agressivas para tornar a educação uma mercadoria e a educação profissional e tecnológica restrita aos interesses do mercado. No âmbito institucional, temos os reflexos do contexto político, histórico e cultural, muitas vezes partidários e/ou individualistas na disputa pelo poder, descolados de uma visão de educação emancipadora.

Outro desafio está na descontinuidade de projetos educacionais na gestão pública, que é um reflexo da cultura de centralidade de políticas de governo e não no estado – em que a base estaria na construção de um projeto de educação e desenvolvimento da nação. Isso coloca projetos de uma educação politécnica e *omnilateral* sempre em estado de fragilidade.

O processo de elaboração do currículo deve desenvolvido em concomitância à formação docente para compreender o tipo de sociedade que queremos formar e para quais interesses: uma sociedade mais igualitária e humanizada, comprometida com o trabalho em seus aspectos ontológicos e econômicos ou meramente econômicos com base na exploração e desumanização dos sujeitos. Assim, o aspecto temporal da formação, que deve ser processual e por um longo período, e a dimensão pedagógica, para além dos aspectos meramente técnicos nos quais muitas vezes são elaborados, devem ser considerados no processo formativo de elaboração curricular.

Referências

FRIGOTTO; CIAVATTA, M.; RAMOS M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS M. (orgs). **Ensino Médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

KUENZER, A. Z. (Org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, Dermeval & DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. In. DUARTE, Newton & SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica e luta de classes na educação escolar**. Autores Associados, Campinas – SP, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10°. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.